

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – Lado A – 3º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

• Rendas de contribuições e prêmios

As receitas com rendas de contribuições e prêmios totalizaram no exercício R\$ 433,9 milhões, com redução de R\$ (7,9) milhões, (1,8)% em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

• Despesas administrativas

As despesas administrativas totalizaram no exercício R\$ 40,0 milhões, com aumento de R\$ 3,1 milhões, 8,5% em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício R\$ 38,5 milhões, com aumento de R\$ 84,0 milhões ou 184,8% em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

• Resultado do exercício e por ação

O resultado do exercício foi de R\$ 31,5 milhões, aumento de R\$ 46,6 milhões, 308,7% comparado ao mesmo exercício anterior. O resultado por ação foi de R\$ 1,53 no exercício, comparado a R\$ (0,78) no exercício anterior. O resultado positivo da Companhia em 2025 decorreu, substancial, através do resultado financeiro.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria “Custo amortizado”, títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

• Política de reinvestimento de lucros e pagamento de dividendos

Do lucro líquido serão deduzidos, se for o caso, antes de qualquer destinação e independente de deliberação, os prejuízos acumulados. Na sequência serão realizadas as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social.

O Estatuto prevê, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos. O saldo remanescente será destinado à reserva de lucros, aguardando destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Além disso, está autorizada a qualquer tempo pagar juros sobre capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		5.121.218	4.753.159
Disponível.....		4.917	4.554
Caixa e bancos.....	7	4.917	4.554
Equivalentes de caixa.....	7	391.466	749.017
Aplicações financeiras.....	8	4.647.765	3.945.810
Créditos das operações com seguros e resseguros.....		33.542	28.537
Prêmios a receber.....	9.1	33.158	28.537
Operações com resseguradoras.....		384	–
Créditos das operações com previdência complementar.....		6.593	4.675
Valores a receber.....		4.963	4.675
Créditos de Resseguro.....		1.630	–
Outros créditos operacionais.....		11.632	5.564
Ativos de resseguro - provisões técnicas.....		1.142	1.891
Títulos e créditos a receber.....		17.040	8.886
Títulos e créditos a receber.....		14.047	8.733
Créditos tributários e previdenciários.....	10	2.993	147
Outros créditos.....		–	6
Despesas antecipadas.....		882	3
Custos de aquisição diferidos.....	11	6.239	4.222
Seguros.....		5.258	3.504
Previdência.....		981	718
Não circulante		1.610.121	1.480.886
Realizável a longo prazo.....		1.610.121	1.480.886
Aplicações financeiras.....	8	1.467.336	1.332.074
Títulos e créditos a receber.....		126.800	139.710
Créditos tributários e previdenciários.....	10	112.780	124.662
Depósitos judiciais e fiscais.....	12	14.020	15.048
Custos de aquisição diferidos.....	11	12.839	9.102
Seguros.....		10.370	7.212
Previdência.....		2.469	1.890
Intangível.....		3.146	–

Total do ativo..... 6.731.339 6.234.045

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Rendas de contribuições e prêmios.....	18	433.903	441.754
Constituição da provisão de benefícios a conceder.....		(433.147)	(440.921)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		756	833
Rendas com taxas de gestão e outras taxas....	19	56.387	53.078
Variação de outras provisões técnicas.....		(2.539)	(2.891)
Benefícios retidos.....		(4.166)	(3.025)
Custos de aquisição.....		(5.654)	(5.908)
Prêmios ganhos.....	20	53.322	50.179
Prêmios emitidos.....		49.204	35.427
Contribuições para cobertura de riscos.....		13.115	14.252
Variações das provisões técnicas de prêmios.....		(8.997)	500
Sinistros ocorridos.....	21	(2.407)	(3.989)
Custos de aquisição.....		(19.878)	(16.664)
Outras receitas e despesas operacionais.....		(5.749)	(3.445)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		366.308	–	297	13.082	(31.236)	348.451
Aumento de capital:							
AGE 27 de dezembro de 2024.....		–	99.500	–	–	–	99.500
Reconhecimento pagamento em ações.....		–	–	342	–	–	342
Ações alienadas.....		–	–	(277)	–	–	(277)
Ajustes de avaliação patrimonial.....		–	–	–	(37.253)	–	(37.253)
Resultado do exercício.....		–	–	–	–	(15.099)	(15.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17 (a)	366.308	99.500	362	(24.171)	(46.335)	395.664
Aumento de capital:							
Portaria CGRAJ-SUSEP nº 2482.....		99.500	(99.500)	–	–	–	–
Portaria CGRAJ-SUSEP nº 2645.....		23.000	–	–	–	–	23.000
Portaria CGRAJ-SUSEP nº 2664.....		5.000	–	–	–	–	5.000
Reconhecimento pagamento em ações.....	17 (c)	–	–	276	–	–	276
Ações alienadas.....	17 (c)	–	–	(338)	–	–	(338)
Ajustes de avaliação patrimonial.....	17 (b)	–	–	–	14.394	–	14.394
Resultado do período.....		–	–	–	–	31.511	31.511
Saldo em 31 de dezembro de 2025		493.808	–	300	(9.777)	(14.824)	469.507

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de “stakeholders”, por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.

Guiada para “Cuidar do presente para regenerar o futuro”, Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% (*Atlanta FED GDPNow*), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o “FED” (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do “FED” (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global. No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Atividades operacionais		
Resultado do exercício.....	31.511	(15.099)
Ajustes para:		
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos.....	78	11
Variação das provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar.....	391.580	198.683
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras.....	(837.217)	333.772
Créditos das operações com seguros e resseguros.....	(5.030)	(10.247)
Créditos das operações com previdência complementar.....	(1.971)	(1.827)
Ativos de resseguro - provisões técnicas.....	749	(539)
Créditos tributários e previdenciários.....	(2.846)	(7)
Ativo fiscal diferido.....	11.882	(18.445)
Depósitos judiciais e fiscais.....	1.028	(747)
Despesas antecipadas.....	(879)	(1)
Custos de aquisição diferidos.....	(5.754)	(5.468)
Outros ativos.....	(11.375)	7.888
Impostos e contribuições.....	613	(178)
Outras contas a pagar.....	25.866	(25.693)
Débitos das operações com seguros e resseguros.....	1.285	2.004
Depósitos de terceiros.....	3.319	82
Provisões judiciais.....	(1.491)	418
Provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar.....	2.279	619
Outros passivos.....	14.332	(37.188)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais.....	(382.042)	428.038
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Intangível.....	(3.146)	–
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento.....	(3.146)	–
Atividades de financiamento		
Aumento de capital.....	28.000	99.500
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento.....	28.000	99.500
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa.....	(357.188)	527.538
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	753.571	226.033
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	396.383	753.571

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado do exercício	31.511	(15.099)
Outros resultados abrangentes	14.394	(37.253)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários.....	4.590	(41.330)
Efeitos tributários.....	(1.835)	16.532
Ajustes acumulados de conversão/outs.....	11.546	(12.440)
Ganhos e perdas atuariais.....	155	(25)
Efeitos tributários.....	(62)	10
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários.....	45.905	(52.352)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – Lado A – 3º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Vida e Previdência S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 23 de dezembro de 1986 e localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 3º andar, Lado A, Campos Elíseos, São Paulo - SP, e tem por objeto social a exploração das operações de seguro dos ramos de pessoas, bem como a instituição e exploração de planos de previdência privada nas modalidades de pecúlio e renda em todo território nacional, conforme legislação vigente. A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

Inserida na vertical de seguros, a Companhia é uma controlada indireta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	Participação
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.....	99,9%
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio	Participação
Porto Seguro S.A.....	99,9%
Porto Seguros S.A.....	0,1%
Porto Seguros S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.....	99,9%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.....	0,1%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	Participação
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.....	100,0%
Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.....	41,0%
Itauseg Participações S.A.....	23,1%
Itaú Unibanco S.A.....	19,1%
Rosag Empreend. Participações S/A.....	15,8%
Itaú Seguros S.A.....	0,8%
Jaime Brasil Garfinkel.....	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jaime Brasil Garfinkel.....	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel.....	30,5%
Bruno Campos Garfinkel.....	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel.....	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel.....	100,0%
Itauseg Participações S.A.	Participação
Itaú Unibanco S.A.....	62,4%
Banco Itaucard S.A.....	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.....	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0%
Banco Itaucard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.....	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.....	39,3%
Outros.....	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

2027 - CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtóais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Aliquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

Lei 15040/2024 - LEI DO CONTRATO DE SEGUROS

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Esta legislação institui o marco regulatório autônomo para o contrato de seguro no Brasil, visando aumentar a transparência, a segurança jurídica e a proteção aos interesses de segurados e beneficiários.

Os principais pilares da nova legislação incluem:

Regimes de Prazos Rígidos: Estabelecimento do prazo de 30 dias para que as seguradoras se manifestem sobre a cobertura após a entrega da documentação, sob pena de aceitação tácita ou sanções.

Transparência e Dever de Informação: Reforço do dever de clareza nas cláusulas restritivas de direitos, que devem ser redigidas de forma destacada, e a necessidade de fundamentação técnica e definitiva para negativas de cobertura.

Gestão de Sinistros: Limitação da interrupção do prazo de regulação para solicitação de documentos complementares, visando dar maior agilidade ao fluxo de caixa de indenizações.

Governança e Conformidade: Adequação dos processos internos de subscrição e regulação para mitigar riscos de responsabilidade civil e administrativa perante a SUSEP.

Não foram identificados impactos ou mudanças quantitativas relevantes que afetassem diretamente os números apresentados nas demonstrações financeiras.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em Resultado financeiro no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço.

(iii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES/TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para valores idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2025.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de “impairment”

sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.6 CONTRATOS DE SEGURO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite contratos de seguros de vida e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

3.7 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.7.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

(f) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBCC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.

(g) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

3.7.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro e previdência vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, o teste considera a projeção de resgates, cancelamentos, contribuições, conversão em renda e sinistros, despesas incrementais e de liquidação, receitas de taxa de administração, taxa de gestão e excedentes financeiros, quando aplicáveis.

Para os produtos de seguros em regime de repartição, o teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022. Para as premissas de mortalidade e sobrevivência, são utilizadas as tábuas biométricas BR-EMS vigentes.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, considera-se também a estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, na apuração da taxa de juros esperada dos ativos. Também são ponderados os indexadores (IPCA ou IGPM), bem como taxas de juros garantidas (de 0% a 6%), quando aplicáveis.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 21%, e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 18,4%.

O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram comparados à soma das provisões técnicas relacionadas.

O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o resultado do TAP apresentou necessidade de constituição de PCC no montante de R\$ 63.265 (R\$ 78.899 em 31 de dezembro de 2024) após aplicada a compensação parcial dentro das segregações definidas na política contábil da Companhia e no artigo 43, §3º da Circular SUSEP nº 648/2021, e este valor foi reconhecido como despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

continua →

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – Lado A – 3º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Dezembro de 2025				
Grupo de Contratos	Previdência	Tradicional	Dotal	Riscos	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	–	–	–	7.289	–
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados ..	–	–	–	15.760	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC CV - Registrados..	369.053	39.369	–	–	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC CV - Não Registrados	61.118	(2.774)	–	–	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC BD	–	–	1.525	40.776	–
PMBC	12.879	(42.088)	–	(24.037)	(53.246)

	Dezembro de 2024				
Grupo de Contratos	Previdência	Tradicional	Dotal	Riscos	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	–	–	–	5.625	–
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados ..	–	–	–	12.264	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC CV - Registrados..	255.104	(7.414)	–	–	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC CV - Não Registrados	60.765	(3.921)	–	–	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC BD	–	–	157	29.868	–
PMBC	–	(58.000)	–	(20.899)	(78.899)

3.8 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos. Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina determinadas controladas da Companhia os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões. Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços. O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.9 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas. A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.10.1 PRÊMIO DE SEGUROS E RESSEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorre primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.7.1(b)). As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.10.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

3.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%. Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.13 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da realização dos tributos diferidos; (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais; (iv) das provisões e contingências para processos judiciais; (v) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e (vi) das provisões técnicas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.2 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo. Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos. A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas: • Unidades operacionais; • Funções de controle; e • Auditoria interna. Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco , e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos. A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por: (a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito. Em 31 de dezembro de 2025, 77,6% (78,8% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AAA” e “AA” de créditos privados. Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada “impaired”. (b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1. (c) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco. Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/companhia. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política. A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento.....	701.998	1.068	982.119	6.314
Fluxo de 1 a 30 dias	405.506	67.918	775.468	57.471
Fluxo de 2 a 6 meses	244.563	390.098	195.700	402.980
Fluxo de 7 a 12 meses	277.578	385.927	254.228	389.039
Fluxo acima de 1 ano	5.388.733	8.519.095	4.973.413	7.577.372
Total	7.018.378	9.364.106	7.180.928	8.433.176

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes. (ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras. (iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Inflação (IPCA/IGPM)	37,1%	39,0%
Prefixados.....	24,8%	29,3%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	33,4%	28,1%
Ações.....	2,0%	2,0%
Outros.....	2,7%	1,6%
Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido. Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e “duration”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:		
Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(100.539)
	+ 25 b.p.	(52.186)
	+ 10 b.p.	(21.335)
Juros pré-fixados	- 10 b.p.	21.335
	- 25 b.p.	52.186
	- 50 b.p.	100.539
	+ 50 b.p.	(512.475)
	+ 25 b.p.	(291.290)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(126.626)
	- 10 b.p.	126.626
	- 25 b.p.	291.290
	- 50 b.p.	512.475
	+ 50 b.p.	(8.231)
	+ 25 b.p.	(6.969)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(5.575)
	- 10 b.p.	5.575
	- 25 b.p.	6.969
	- 50 b.p.	8.231
	± 34%	(36.696)
Ações.....	± 17%	(18.348)
	± 9%	(9.174)

(i) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário provável de “stress” para cada fator de risco, disponibilizados pela B3. (ii) Bruto de efeitos tributários. Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” das operações.

5.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento. (a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto. (b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.7.2). (c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos. (d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos. As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem: • Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos. • Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores. • Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados. • Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente. • Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível. • **Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva** Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti-seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento. • **Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar** Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular. • **Plano de previdência complementar** Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 2.971 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 665.376, apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios. Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM - "Asset Liability Management"). A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários:

• Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0 %	35.151.903	12.695.306
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(94.368)	(80.674)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado. A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos. Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público. A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital. Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade. O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos. A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	469.507	395.664
(+/-) Ajustes contábeis	(125.061)	(123.015)
Despesas antecipadas	(882)	(3)
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social (-)	(103.821)	(111.505)
Ativos intangíveis	(3.146)	-
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(17.212)	(11.507)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(55.479)	(77.302)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(55.479)	(77.302)
(+/-) Ajustes do PLA nível 1	(8.959)	(13.157)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(8.959)	(13.157)
PLA de nível 1	280.008	182.190
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	76.638	51.331
PLA de nível 2	76.638	51.331
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	8.959	13.157
PLA de nível 3	8.959	13.157
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	365.605	246.678
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	275.783	230.521
Capital de risco de subscrição	144.908	152.106
Capital de risco de mercado	193.014	130.968
Capital de risco de crédito	4.527	3.498
Capital de risco operacional	4.949	4.639
Benefício da correlação entre riscos	(71.615)	(60.690)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	275.783	230.521
Suficiência de capital	89.822	16.157

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	391.466	749.017
Depósitos bancários	4.917	4.554
	396.383	753.571

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	22.236	-	22.236	22.505	-	22.505
	22.236	-	22.236	22.505	-	22.505
Fundos exclusivos						
LFTs	1.849.081	-	1.849.081	1.426.545	-	1.426.545
NTNs - B	634.592	-	634.592	734.400	-	734.400
Cotas de fundos de investimentos	921.286	-	921.286	696.886	-	696.886
Letras Financeiras						
- privadas	-	440.140	440.140	-	446.323	446.323
Debêntures	-	495.619	495.619	-	433.627	433.627
Ações de companhias abertas	113.176	-	113.176	109.806	-	109.806
LTNs	83.940	-	83.940	-	-	-
CDBs	-	55.357	55.357	-	65.020	65.020
Nota Comercial	-	27.069	27.069	-	10.698	10.698
DPGE	-	5.269	5.269	-	-	-
	3.602.075	1.023.454	4.625.529	2.967.637	955.668	3.923.305
Total - circulante	3.624.311	1.023.454	4.647.765	2.990.142	955.668	3.945.810
% das aplicações classificadas nesta categoria:			76%			75%

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria		
NTNs - B	178.254	165.332
Não circulante	178.254	165.332
% das aplicações classificadas nesta categoria:	3%	3%
O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 193.134 (R\$ 184.802 em 31 de dezembro de 2024).		

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos		
NTN - B	1.289.082	988.066
NTN - C	-	178.676
Não circulante	1.289.082	1.166.742
% das aplicações classificadas nesta categoria:	21%	22%
(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.186.706 (R\$ 1.026.100 em 31 de dezembro de 2024).		

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	6.026.901	5.831.977
Aplicações	1.026.430	1.160.912
Resgates	(1.294.491)	(1.228.892)
Rendimentos	743.137	304.234
Ajuste a valor de mercado	4.590	(41.330)
Saldo final	6.506.567	6.026.901

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)		14,87	12,12
Fundos exclusivos			
LTN		13,98	-
NTNs C - IGPM		-	6,26
NTNs B - IPCA		-	6,43
Debêntures DI+		1,06	-
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)		0,05	0,10
Carteira própria			
NTNs B - IPCA+		6,44	6,44
(*) Vide nota explicativa nº 7.			

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER - POR RAMO

	Dezembro de 2025				Dezembro de 2024			
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável
Pessoas	33.226	(68)	33.158	28.580	(43)	28.537	33.226	(68)
	33.226	(68)	33.158	28.580	(43)	28.537		
Circulante	-	-	33.158	-	-	28.537	-	-

9.1.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2025				Dezembro de 2024			
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável
A vencer	32.754	(25)	32.729	28.222	(1)	28.221		
Vencidos até 30 dias	249	(1)	248	148	(1)	147		
Vencidos 31 a 60 dias	109	(1)	108	81	(1)	80		
Vencidos 61 a 90 dias	51	(1)	50	54	(1)	53		
Vencidos 91 a 120 dias	7	(1)	6	20	(2)	18		
Vencidos 121 a 180 dias	3	(1)	2	4	(1)	3		
Vencidos 181 a 365 dias	3	(2)	1	4	(2)	2		
Vencidos acima de 365 dias	50	(36)	14	47	(34)	13		
	33.226	(68)	33.158	28.580	(43)	28.537		

9.1.2 PRÊMIOS A RECEBER - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	28.537	17.857
(+) Prêmios emitidos	369.763	352.382
(+) IOF	73	70
(-) Prêmios cancelados	(5.278)	(2.324)
(-) Recebimentos	(359.912)	(339.441)
(Constituição)/reversão redução ao valor recuperável	(25)	(7)
Saldo final	33.158	28.537

9.1.3 PRÊMIOS A RECEBER - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	(43)	(36)
Provisões constituídas	(34)	(46)
Reversões e baixas	9	39
Saldo final	(68)	(43)

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	112.780	124.662
INSS	2.993	147
	115.773	124.809
Circulante	2.993	147
Não circulante	112.780	124.662

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos ...	5	13	(18)	-
Provisão para obrigações legais (ii)	4.402	2.135	(5.376)	1.161
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	7.787	4.441	(6.277)	5.951
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	28	14	(12)	30
Provisão de participação de lucros	460	1.382	(431)	1.411
Outras provisões	474	43	(111)	406
	124.662	89.635	(101.517)	112.780

(i) Refere-se ao ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais não utilizados, em que a Companhia projetou provável lucros tributáveis futuros contra os quais estes prejuízos fiscais serão utilizados, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021. (ii) Principais variações referem-se a reversão da provisão de processos de PIS/Cofins conforme menção na NE 16.1 (a) (i) e a incidência de IR/CS sobre juros moratórios conforme menção na NE 23.1 (a) (ii).

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	6.392	8.037	10.079	14.538	19.736	19.734	19.733	14.531	112.780

10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	1.178	(1.178)	-
IR e CS sobre provisão complementar de cobertura	2.103	30.635	(11.023)	21.715
Outros	19	133	(72)	80
	2.122	31.946	(12.273)	21.795

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado após participação nos resultados, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	52.730	(25.746)
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(21.092)	10.298
Depósitos judiciais	700	302
Doações/incentivos	246	-
Participação nos lucros - administradores	(426)	-
Outros	(647)	47
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	(127)	349
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(21.219)	10.647
Taxa efetiva (D/-A)	40,2%	41,4%

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Pessoas	19.078	13.324
	19.078	13.324
Circulante	6.239	4.222
Não circulante	12.839	9.102

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 68 meses para os produtos de sobrevivência, 56 meses para os produtos mistos e 25 meses para os produtos de riscos.

11.1 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Constituição	Amortização	Dezembro de 2025
Comissões seguros	10.716	34.491	(29.579)	15.628
Comissões previdência	2.608	3.448	(2.606)	3.450
	13.324	37.939	(32.185)	19.078

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS (i)	8.625	8.154
CSLL	3.694	3.460
Juros Moratórios	-	1

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – Lado A – 3º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216–012 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir (não existiram transações para 2024):

Participação nos lucros - administradores.....

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia.....	31.511	(15.099)
Média ponderada do número de ações durante o exercício.....	20.577	19.343
Resultado por ação básico e diluído	1,5314	(0,7806)

25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

DIRETORIA					
PATRICIA CHACON JIMENEZ Diretora Presidente	CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing	MARCOS ROGÉRIO SIRELLI Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Dados e Atendimento	ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Executiva Jurídica	EMERSON PINHEIRO VALENTIM Diretor Executivo de Produção
EMILIO BENTANCOURT Diretor Executivo de Riscos e Governança	JARBAS DE MEDEIROS BACIANO Diretor Executivo - Produto Vida	CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM Diretor de Produto - Previdência	JAIME SOARES BATISTA Diretor Executivo	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

ANELISA FORTES E FARIA - Atuária - MIBA nº 2457

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros e de previdência complementar

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.7.1, 13 e 14, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas bruto de resseguro decorrentes dos contratos de seguros bruto de resseguro e de previdência complementar no montante de R\$ 3.068.030 mil e R\$ 3.127.171 mil, respectivamente. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.7.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como

um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026



ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos reeditores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade autorizada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuari, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuari considera os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos

indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda. CIBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11

Anderson Gomes Ferreira da Silva

Atuário - MIBA 2043

